

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.545.967 - SP (2019/0210401-0)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : GROW JOGOS E BRINQUEDOS LTDA
ADVOGADOS : MARCOS DE CARVALHO PAGLIARO - SP166020
ALINE HELENA GAGLIARDO DOMINGUES - SP202044
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por Grow Jogos e Brinquedos Ltda. contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto em oposição a acórdão do TRF da 3ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 140):

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. EMENDA DA INICIAL. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO.

1. Os embargos à execução constituem-se em ação cognitiva incidental, autônoma à execução fiscal e, portanto, deve vir instruída com os documentos essenciais ao julgamento da lide.
2. No caso vertente, a embargante foi intimada para emendar a petição inicial, juntando aos autos garantia integral dos embargos ou prova da insuficiência de recursos, despacho este que não foi cumprido.
3. Desnecessária a intimação pessoal da parte, tendo em vista que somente nas hipóteses dos incisos II e III do art. 267 do CPC, a referida intimação é exigida, conforme estabelecido no § 1º do mesmo dispositivo legal.
4. Intimada regularmente a juntar os documentos indispensáveis ao prosseguimento da ação de embargos à execução fiscal, a parte ficou-se inerte.
5. O desatendimento à ordem judicial para emendar a inicial acarreta a extinção do processo sem julgamento do mérito. Precedentes.
6. Apelação improvida.

A agravante alega não incidir no caso os óbices das Súmulas 7 e 211 do STJ.

Nas razões do especial, aduz ofensa aos arts. 2º, § 5º, e 3º da Lei n. 6.830/1980 e 783 do CPC/2015.

Afirma que a CDA deve ser líquida, certa e exigível, sendo que qualquer omissão desses elementos essenciais e obrigatórios acarretam nulidade do título.

Sustenta que, "ao exigir expressamente que constem da Certidão de Dívida Ativa os elementos referidos, não pode o Fisco, a seu arbítrio, omitir requisitos que são previstos em lei e tidos como indispensáveis para a validade do documento, como também, valer-se da criação ficta, sem qualquer embasamento legal, para cobrar débitos inexistente ou ainda, cobrar créditos

Superior Tribunal de Justiça

legitimamente reconhecidos em instância administrativa superior, como já asseverado" (e-STJ, fl. 236).

Das razões expendidas, verifica-se que a parte insurgente não impugnou especificamente os fundamentos da decisão recorrida, o que atrai a incidência da Súmula 182 desta Corte: "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

Com efeito, torna-se imprescindível o confronto específico de todos os fundamentos, a fim de demonstrar o desacerto da decisão, o que não ocorreu na espécie.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 182/STJ. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental.

2. Verifica-se que a parte agravante não impugnou o fundamento de que o apelo nobre encontra o óbice da Súmula 280 do Pretório Excelso, visto que apenas se limitou a afirmar que não incide, no caso sub examine, a Súmula 7 deste Superior Tribunal.

3. A ausência de impugnação específica dos fundamentos da decisão agravada atrai, por analogia, a incidência da Súmula 182 do STJ, cujo texto foi adotado pelo disposto no art. 544, § 4º, I, do CPC (redação dada pela Lei n. 12.322/10), o qual permite o não conhecimento do recurso de agravo pelo relator do processo em casos como tais.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 370.768/DF, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 10/12/2013)

Ademais, está claro que o Tribunal de origem negou provimento ao apelo autoral, tendo em vista que, mesmo após intimada a juntar os documentos indispensáveis ao prosseguimento da ação, a parte manteve-se inerte.

A recorrente não contestou tal fundamento, limitando-se a apontar omissão ou vício quanto aos elementos essenciais para constituição da CDA, matéria que não foi prequestionada, atraindo, dessa forma, os óbices das Súmulas 211 do STJ e 283 do STF.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. ARGUIÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284 DO STF. INCIDÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. EMOLUMENTOS. COBRANÇA POR PORTARIA. AFRONTA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. EXAME. INVIABILIDADE.

[...]

3. Há manifesta ausência de prequestionamento, a atrair a aplicação da

Superior Tribunal de Justiça

Súmula 211 do STJ, quando os conteúdos dos preceitos de lei federal suscitados na peça recursal não são examinados na origem, nem sequer de forma implícita, mesmo com a interposição de embargos de declaração.

4. A Corte Regional entendeu que "os emolumentos cobrados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) possuem natureza jurídica de taxa e, ao serem instituídos por portaria (Portaria DNPM n. 266/2008), violam o princípio da legalidade".

5. A constatada ofensa ao primado da reserva legal denota fundamento constitucional inviável de apreciação na via do apelo especial.

Precedentes.

6. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1.356.016/SC, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/9/2019, DJe 25/9/2019)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL. AÇÃO DE DESPEJO E COBRANÇA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. NÃO IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INVIABILIDADE DE REINTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA.

1. A ausência de prequestionamento de dispositivos legais tidos por violados impede o conhecimento do recurso especial (Súmulas n. 282 e 356 do STF).

2. Os fundamentos do acórdão recorrido não foram devidamente impugnados, o que atrai a incidência da Súmula 283 do STF.

3. Não cabe, em recurso especial, reinterpretação de cláusulas contratuais e reexame de matéria fático-probatória (Súmulas 5 e 7/STJ).

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.455.204/SP, Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 19/9/2019, DJe 24/9/2019)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator